

AO ILUSTRE SR. PREGOEIRO DO SETOR DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE - MT.

HOSPCOM EQUIPAMENTOS HOSPITALARES EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 05.743.288/0001-08, sediada à Rua 104, n.º 74, Setor Sul, Goiânia, Estado de Goiás, CEP: 74.083-300, vem, com fundamentos da legislação de licitações e no edital do pregão de n.º 17/2022 do Município de Várzea Grande, interpor

RECURSO ADMINISTRATIVO

Em face da decisão que desclassificou a empresa **HOSPCOM EQUIPAMENTOS HOSPITALARES EIRELI** e a classificação da **CMOS DRAKE DO NORDESTE S.A**, classificada nesta ordem indevidamente para o item 03 – cardioversor.

I. BREVE RESUMO DA LIDE

Trata o presente de recurso administrativo interposto nos autos do Pregão Eletrônico **17/2022** promovido pelo Município de Várzea Grande, a fim de demonstrar as graves ilegalidades constantes na classificação do certame, o que será realizado através de argumentações técnicas e embasamentos válidos.

II. DAS RAZÕES RECURSAIS

ILEGALIDADE NA CLASSIFICAÇÃO DO PREGÃO – AUSÊNCIA DE CAPACIDADE TÉCNICA DO LICITANTE CLASSIFICADO

O presente recurso trata sobre a necessidade de desclassificação da empresa que cotou o modelo **VIVO** da fabricante **CMOS DRAKE DO NORDESTE S/A** para o item 03 – cardioversor, equipamento que não atende na íntegra as solicitações do termo de referência.

Abaixo constam alguns pontos onde foi solicitado pelo termo e a fabricante CMOS DRAKE DO NORDESTE S/A com o modelo **VIVO**, não cumprem com o solicitado, como verificado em seu manual registrado na ANVISA:

https://consultas.anvisa.gov.br/api/consulta/produtos/25351584934201097/anexo/T13400471/nomeArquivo/MAN0005_03%20%20-%20Manual%20do%20Usuario%20Cardioversor%20Bifasico%20VIVO.pdf?Authorization=Guest

No termo de referencia é solicitado:

- *“desfibrilação manual com escala, selecionável no painel frontal e nas pás de desfibrilação, com botão de seleção de energia, carga e choque.”*

Foi verificado no manual nas paginas 55, 56 e 57 e foi encontrado que as pás de desfibrilação não possuem botões de seleção de energia, apenas de carga e de choque, assim não cumprindo com o edital, conforme as imagens anexadas abaixo.

Adequando as Pás de Choque Permanentes

1. Verifique se as pás estão conectadas ao Cardioversor Bifásico Vivo. Se não estiverem, conecte o cabo na entrada das pás localizada na traseira do equipamento;
2. Verifique se o paciente não está em uma superfície molhada e com materiais condutores;
3. Retire pelos dos locais onde as pás serão conectadas;
4. Coloque gel condutor nas pás de choque;
5. Coloque as pás no tórax do paciente conforme figura abaixo.

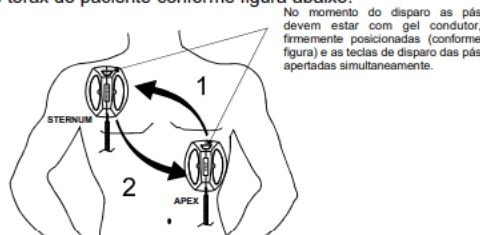


Figura 6 - Posicionamento das pás de choque no momento do disparo.

No momento do disparo as pás devem estar com gel condutor, firmemente posicionadas (conforme figura) e as teclas de disparo das pás apertadas simultaneamente.

6. Verifique o sinal de ECG no display do equipamento;

Além do indicador no display do equipamento, a pá STERNUM possui, opcionalmente, led bicolor indicador de contato com o paciente. Este led auxilia na orientação para posicionar as pás no momento do choque.

- ❖ Apagado pás abertas;
- ❖ Verde contato bom;
- ❖ Vermelho piscando contato ruim;



Figura 31 - Led Contato das Pás

- *“baterias com fácil remoção para trocas podendo ser feita pelo próprio usuário, sem a necessidade de desmontar o equipamento”*

Foi verificado no manual do equipamento na pagina 95 e foi encontrado que para a remoção e substituição da bateria, é necessário o uso de ferramenta própria para retirar os 4 parafusos não sendo de fácil remoção, assim não cumprindo com o edital, conforme abaixo.

SUBSTITUIÇÃO DA BATERIA

Ao fim da vida útil da bateria a bateria deverá ser substituída seguindo os procedimentos abaixo:

O compartimento da bateria encontra-se na parte inferior do equipamento, para acessá-la deite o equipamento.

1. Com auxílio de uma chave phillips retire os 4 parafusos da tampa do compartimento da bateria;
2. Puxe o compartimento bateria.
3. Desconecte a bateria do equipamento.



Figura 62 – Substituir o pack de bateria

95

MAN00005_03

www.cmosdrake.com.br

Estas características solicitadas pelo órgão são de extrema importância para o melhor funcionamento do equipamento, para maior agilidade nos atendimentos e maior segurança ao usuário, mas após a análise da documentação anexada no portal da ANVISA, sob o link: <https://consultas.anvisa.gov.br/#/saude/25351584934201097/?numeroRegistro=80058130015> o equipamento ofertado não atende exigências técnicas do edital, não suprimindo a demanda para o projeto licitado e devemos lembrar que a ANVISA deixa a cargo de cada fabricante a responsabilidade de atualizar o manual de operação na plataforma, com o objetivo de facilitar a consulta e análise do equipamento ofertado.

E sugerimos ao órgão solicitante que desconsidere qualquer informação adicional que a fabricante apresente fora do que consta no manual registrado na ANVISA, pela isonomia do processo, trazendo uma maior segurança e certeza na aquisição do produto.

Diante da ausência de cumprimento, a licitante interpõe o presente recurso, nos termos do direito que lhe é concedido pela Constituição Federal e pela lei de licitações.

O art. 5º da Constituição Federal preconiza que:

“Art. 5º - Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

LV - aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes;”

Ainda nesta seara, ressalta a evidente necessidade de apontamento de um profissional que tenha conhecimento técnico para julgar se a empresa recorrida atende ou não aos requisitos do termo de referência.

Isso porque assim disciplina o art. 17, XI do Decreto nº 10.024/2019 e porque, conforme prevê o art. 9º da Lei nº 10.520/2002, as normas da lei nº 8.666/1993 se aplicam subsidiariamente à modalidade do pregão. *In verbis*:

Art. 9º - Aplicam-se subsidiariamente, para a modalidade de pregão, as normas da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Por sua vez, o art. 109, § 4º, da Lei nº 8.666/1993 dispõe:

§ 4º - O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5(cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.

A Constituição Federal ainda descreve em seu Art. 37, XXI acerca do dever da **Administração Pública obedecer aos princípios da legalidade** – aqui tratado como as normas previstas em edital – e, ainda, aos princípios da moralidade e igualdade de condições a todos os concorrentes.

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos

princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações. (grifo nosso)

Outrossim, a Lei de Improbidade Administrativa destaca no seu texto que todos os agentes públicos têm o dever de velar pela observância dos princípios da Administração Pública, *in verbis*:

“Art. 4º - Os agentes públicos de qualquer nível ou hierarquia são obrigados a velar pela estrita observância dos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência no trato dos assuntos que lhe são afetos.” (Lei n.º 8.429/92).

O entendimento dos Tribunais de Justiça é ratificado quanto a impossibilidade de classificação de empresas que não atendem aos termos do edital, sendo certo que eventual decisão de classificação das empresas incorrerá em nulidade da decisão:

DUPLO GRAU DE JURISDIÇÃO. MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL PARA REALIZAÇÃO DE OBRA ASFÁLTICA. **NÃO ATENDIMENTO A REQUISITOS DO EDITAL. DESCLASSIFICAÇÃO DA IMPETRANTE.** NÃO CONFIGURAÇÃO DE VIOLAÇÃO A DIREITO LÍQUIDO E CERTO. I - **Em sede de licitação não configura a hipótese de violação a direito líquido e certo, ensejadora de mandado de segurança, a desclassificação de licitante que não atendeu aos requisitos do edital, estabelecidos de forma clara e objetiva.** II - Uma vez previsto no edital que a denominada “DECLARAÇÃO DE VISITA TÉCNICA”, deverá ser apresentada pelo engenheiro Responsável Técnico pela obra licitada, com as qualificações técnicas previstas em item anterior, apresentada dito documento por outro profissional, não detentor de tais qualificações técnicas, tem-se por não atendidos os requisitos previstos, situação que, por si só, enseja a desclassificação do vencedor. III - Dita desclassificação prescinde, inclusive, de recurso dos demais licitantes, tendo em vista que, **por força do princípio da “vinculação” que orienta o processo licitatório, tanto os licitantes quanto a Administração ficam vinculados aos termos do edital que constitui a lei interna da licitação.** REMESSA CONHECIDA E IMPROVIDA. (TJGO, DUPLO GRAU DE JURISDIÇÃO 345402-30.2009.8.09.0021, Rel. DES. LUIZ EDUARDO DE SOUSA, 1ª CAMARA CÍVEL, julgado em 29/06/2010, DJe 639 de 12/08/2010) (Grifo Nosso)

Ainda acerca da ilegalidade na classificação do pregão, importante ressaltar que os motivos dados pelo órgão para a desclassificação da HOSPCOM são totalmente desarrazoados, haja vista que, as razões trazidas, quais sejam: *"Apesar de garantir assistência técnica, não está evidente que o mesmo será prestado na região de Cuiabá/Varzea Grande, para atendimento dos lotes 3 e 22"*, não devem ser consideradas como válidas.

Quaisquer dúvidas acerca de evidência ou não da prestação de assistência técnica na região de Cuiabá/Varzea Grande devem ser sanadas através de diligências, conforme bem reitera o Tribunal de Contas da União e o Superior Tribunal de Justiça.

Nos ditames do Superior Tribunal de Justiça –REsp 1717180 SP 2017/0285130-0 (STJ):
"6. Nos termos do art. 43, § 3º, da Lei 8.666/1993, é facultado à comissão licitatória, em qualquer fase, promover diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta, sob pena de ofensa ao princípio da vinculação ao edital."

A lei de licitações também prevê em seu art. 43, a possibilidade de realização de diligências para o fim de sanar dúvidas ou esclarecimentos a fim de que se promova uma licitação com isonomia e respeito aos princípios da administração pública:

Art. 43. A licitação será processada e julgada com observância dos seguintes procedimentos:

§ 3º É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

Ressalta ainda que neste mesmo processo (PE 17/2022), fomos classificados e habilitados nos itens de n.º 14 e 16 (Monitor Multiparametro), não sendo aceitável a argumentação de ausência de confirmação de assistência técnica para um item e para outros não.

Desse modo, ressalvamos que na qualidade de Assistência Técnica autorizada pela empresa fabricante prestaremos a devida assistência técnica para o presente certame por técnicos autorizados e devidamente capacitados, na região de (CUIABÁ E/OU VÁRZEA GRANDE), conforme indicam os manuais de operações e de serviços do fabricante e normas técnicas

específicas, a fim de manter os equipamentos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus adicional para o Contratante, enquanto vigorar o período de garantia.

Dessa forma, diante das graves ilegalidades aqui constatadas, havendo grave desrespeito à legislação e seus princípios legais, a HOSPCOM apresenta suas razões recursais, a fim de que seja a empresa desclassificada, em razão do não atendimento técnico ao disposto em Edital.

III. DO PEDIDO

Ante o exposto, **REQUER** seja recebido o presente **RECURSO ADMINISTRATIVO** a fim de que seja desclassificada a empresa, haja vista a grave ilegalidade e desrespeito às exigências e características do descritivo dos itens ofertados e ainda do grave desrespeito ao princípio da economicidade e ampla concorrência, sob pena de incorrer em flagrante ato de improbidade administrativa.

*Termos em que,
Pede e espera deferimento.*

Goiânia, 03 de março de 2023.

HOSPCOM EQUIPAMENTOS HOSPITALARES EIRELI
CNPJ sob o n. 05.743.288/0001-08